

PIRES, Basileu; ABREU, Carlos d' (coords.). *XIX Jornadas Culturais de Balsamão. O contributo do Associativismo para Defesa do Património*. Bragança: Bringráfica, 2017, ISBN 972-96862-3-8, 176 pp.

Esta recensão crítica –ou *reseña*, como dizem na raia ibérica do lado de *España*– diz respeito ao livro de Atas das XIX Jornadas Culturais de Balsamão, subordinadas ao tema “O contributo do Associativismo para a Defesa do Património”. Decorreram de 6 a 9 de Outubro 2016, em municípios de ambos os lados da fronteira, o primeiro dia logo na Vila de Alcañices, um lugar com tanto significado para a historia ibérica, pois aqui se firmou o Tratado de Alcañices (1297) que fixou a fronteira que Portugal ainda hoje (praticamente) mantém e que fazem dela a mais antiga da Europa.

Fazemos este trabalho de novo –a correspondente ao livro de atas das XVIII Jornadas, de 2015, foi publicada no número XV desta revista– como um pequeno contributo para dar maior visibilidade ao trabalho notável dos perseverantes e empenhados organizadores deste encontro em prol da cooperação entre portugueses e espanhóis, no que diz respeito à defesa e preservação do riquíssimo património cultural e natural comum, trabalho este bem patente na riqueza, heterogeneidade e qualidade dos 12 artigos e comunicações deste livro e para os quais esperamos abrir-vos uma janela de curiosidade.

Tal como as anteriores, esta é, naturalmente, uma edição onde destaca desde logo a riqueza linguística, com artigos em português e castelhano. É coordenada pelos organizadores destas jornadas, o reverendo padre Basileu Pires, presidente do Centro Cultural de Balsamão, e pelo geógrafo, arqueólogo e poeta Carlos d'Abreu, meu paisano, colega e amigo que, neste livro, se assumem também como associativistas, tendo apresentado comunicações em nome das associações às quais pertencem: “Centro Cultural de Balsamão: Estudo e Defesa do Património Cultural” e “RIBACVDANA: uma Associação de Fronteira para o Desenvolvimento Comunitário”, de cujos conteúdos falaremos mais adiante.

O estudo e divulgação do património cultural e natural das zonas transfronteiriças de Trás-os-Montes e Alto Douro são, então, o bem conseguido e principal objetivo geral destas Jornadas Culturais, que se realizam há 19 anos consecutivos, e que nesta edição de 2016 visaram em particular *o contributo do associativismo para defesa do património* estando aqui plasmados, em artigos, os testemunhos e contributos que nos permitem revisitare estes três profícuos dias, onde cada momento nos leva a pensar que o tempo é agora, o tempo é o que fazemos dele, o tempo é precioso e uma dádiva, que aqui se sente bem aproveitada tanto para os oradores/as como para aqueles que podem aprender e usufruir destas apresentações.

A obra começa logo por uma apresentação, da autoria de Basileu Pires, que, complementada com o programa das Jornadas –que não tem mais remédio do que respeitar o controverso desfazamento horário de uma hora entre ambos os lados da fronteira–, é em si um bem conseguido resumo de tudo o que se passou naqueles quatro dias. Destaque ainda, neste momento, para o facto de o livro conter ilustrações a cores que documentam com clareza muito do referido pelos autores nos seus artigos e até do percurso do encontro.

O primeiro artigo destas atas é um texto do professor Arsenio Dacosta, que, a propósito do *Tratado de Alcañices*, oferece uma amadurecida “reflexión sobre las fronteras” muito bem fundamentada, tanto do ponto de vista histórico como antropológico, sendo ainda objeto da sua perspetiva pessoal enquanto cidadão raiano/transfronteiriço. Remete, tanto no texto como na bibliografia, para uma obra maior, o livro de atas das jornadas que se realizaram em 1997, entre Zamora e Alcañices, a propósito do VII Centenário (1297-1997) do citado Tratado e publicadas sob a égide da Fundación Rei Afonso Henriques –curiosamente tanto a figura de D. Afonso Henriques, como o próprio Tratado de Zamora, são muito mais celebrados e evocados em España do que em Portugal–. Como é aqui posto em evidência, esta fronteira, considerada uma das mais antigas

da Europa, teve sempre, salvo as exceções conhecidas que configuraram separação e conflito, um carácter mais integrador do que beligerante, um carácter de aproximação e de integração. Hoje mais do que nunca, uma vez que está abrangida pelo Tratado de Schengen, que prevê que Portugal e Espanha, como parceiros europeus desde 1987, comunguem de fronteiras “abertas”, aliás, não só a portugueses e espanhóis, mas também a todos os demais cidadãos europeus dos países que o subscreveram. Este artigo até acabou também por dar o mote ao que eu própria desenvolvi nas JCB de 2018, precisamente relacionado com este novo paradigma de fronteira arrolado por esta circunstância de termos uma cidadania supra-nacional, a europeia. Além da abordagem histórica, que chega a descrever com pormenor o ambiente feudal e familiar da época, é referido, do ponto de vista antropológico, que “si hay algo que caracteriza la historia humana es, precisamente, la movilidad”, algo que acaba por introduzir o segundo artigo: “Contrabando ou a vida em sobressalto?”, onde Bernardino Henriques, do Grupo Cultural e Recreativo dos Fóios (Sabugal), fala dessa prática habitual, outrora, nas zonas raianas, sublinhando o contrabando das décadas 40 e 50 do século passado como algo sem o qual não existiria a cumplicidade que existe hoje dos dois lados da fronteira. Faz a caracterização social da época e conclui com “perigos, ocorrências e sobressaltos” que nos levam a pensar que “as normas e as leis só devem ser cumpridas quando não ponham em perigo ou em situações difíceis, valores superiores”. Referindo o padre Bernard Haring, e seguindo o pensamento de Aristóteles e de S. Tomás de Aquino, refere que “nunca se poderá sacrificar o amor e o bem do próximo em nome do zelo pela lei [...] quando o cumprimento literal da lei represente um peso excessivamente desproporcionado”, o que se mantém muito atual para tantas outras situações contemporâneas, legais mas injustas. “Em resumo: a lei que condenava o contrabando não abarcava aquelas pobres pessoas que não tinham outra hipótese de sobrevivência, sendo, por isso, uma atividade legítima e justificável”, desta perspectiva. Em algumas aldeias, por exemplo, sobretudo quando o contrabando se fazia em grupo, vigorava até aquilo a que se chamou de “convénio”, um contrato verbal onde se estipulava que o prejuízo que pudesse ter alguém era suportado por todos em partes iguais, impedindo assim que alguém ficasse com a sua vida seriamente comprometida ou até arruinada, algo muito à frente em termos de compromisso social. No construir da identidade das comunidades raianas portuguesa e espanhola foram fundamentais os aspectos das migrações pendulares humanas, que se foram consolidando dando origem às cumplicidades que hoje possibilitam uma Cooperação Transfronteiriça exemplar na Europa. Ora, um movimento pendular que assumiu um papel de extrema importância na formação da identidade raiana foi precisamente o contrabando, até porque “a fronteira e o contrabando são em larga medida extensão um do outro”.

O presidente da direção da RIONOR (Rede Ibérica Ocidental para uma Nova Ordenação Raiana), Francisco Manuel R. Alves, escreveu sobre “Associativismo, património e cooperação raiana” e dá-nos conta neste artigo dos grandes objetivos que guiaram a criação da RIONOR, desde logo o da cooperação transfronteiriça. Nasceu na sequência do trabalho realizado pelo movimento DART (Desenvolver, Autonomizar e Rejuvenescer Trás-os-Montes e Alto Douro), movimento que se estendeu de imediato ao outro lado da raia pelo facto de os problemas serem idênticos e a necessidade de encontrar alternativas conjuntas e ideias de futuro. Aponta como exemplo o da acessibilidade enquanto fator sério de coesão territorial, sendo este o primeiro objetivo desta associação no campo das redes de comunicação e dos transportes rodo ferroviários e aéreos. Outro importante objetivo é a preservação e valorização do riquíssimo património raiano em todas as suas manifestações, populares ou eruditas, profanas ou sacras. Os casos de destruição ou perda são comuns aos territórios de ambos os lados da fronteira, o que está plasmado em inventários de há 20 ou 30 anos. Perante perigos tão evidentes, o associativismo representa uma das formas mais eficazes de apelo à participação cívica e tem um papel a desempenhar como um contributo para aquela que deve ser uma preocupação sobretudo dos governos de ambos os países, das autarquias, serviços e instituições públicas e privadas. Este autor destaca ainda o papel das escolas como fundamental para renovar o olhar sobre os territórios raianos, sugerindo um enfoque do ensino também na descoberta e valorização das manifestações culturais locais que fazem parte

da identidade dos lugares aos quais estes alunos pertencem e que lhe foram legados pelos antepassados. “Uma das maiores ameaças que paira sobre os territórios raianos é a do crescente despovoamento ou desumanização da paisagem, calamidade esta que acarreta a perda irreversível do património material e imaterial, a par da degradação ambiental”. Muito a propósito, remete para as palavras de outro autor desta obra, Arsénio Dacosta, proferidas nos Conselhos Raianos sobre as Áreas Protegidas, realizados em Vinhais, segundo o qual “o património raiano e a realidade social são inseparáveis para evitar a perda do património ou não ficar apenas como um mero resíduo arqueológico cada vez mais deteriorado” caminhando para uma morte anunciada de todas estas regiões. Portanto, revitalizar economicamente os territórios raianos e combater o despovoamento não se afigura uma tarefa fácil constituindo o maior desafio do ponto de vista da RIONOR. Neste artigo é ainda destacado o papel da Igreja Católica no consciencializar as populações para esta problemática, no defender do próprio património sacro e ainda combatendo e denunciando situações de pobreza e de abandono.

Nesta linha de escol de associativistas críticos, António Campelo Amaral, professor na Universidade da Beira Interior, no seu artigo “Sociedade Civil e Associativismo: A arte de viver em comum” destaca a dimensão relacional da vida humana, a importância da convivência social e “o poder de realizar o seu potencial numa lógica de serviço e de promoção do bem comum instaurador de vinculação social baseada na confiança, na liberdade e na reciprocidade”. O escopo desta comunicação tem como mote o quadro conceptual tomista obedecendo a três eixos de análise: 1 – sociabilidade e associação: arqueologia conceptual em Aristóteles e Tocqueville; 2 – associativismo e compromisso cívico: fisionomias da realidade portuguesa; 3 – sociedade civil: a paixão pelo bem-comum. Trata-se de um texto ensaísta, de extraordinário valor académico, histórico e doutrinário, uma reflexão crítica muito bem conseguida, onde, em jeito de conclusão, é constatado que os índices de associativismo participativo em Portugal são “deprimentes –para não dizer confrangedores quando comparados com outras latitudes [...] A sociedade civil oferece às comunidades humanas organizadas uma possibilidade de realização criativa que combina simultaneamente a liberdade de iniciativa típica da esfera privada, bem como a prossecução do bem comum, típica da esfera pública, sendo nesta mistura de estímulo à iniciativa privada e de paixão pelo bem comum que se plasma a vida associativa no seu todo baseado na liberdade e confiança recíproca”. Mas o cenário é desolador: “A participação dos portugueses nas actividades associativas afigura-se, com efeito, de baixa densidade e de reduzida intensidade. Uma larga franja de portugueses não colabora nem muito menos pertence a nenhuma associação. E mesmo quando pertence, muito dificilmente participa”. Destaca funções cívicas e mesmo políticas desta aproximação ao cidadão e desmassificação de soluções que permitiria a devolução de poderes à sociedade civil que decorrem no quadro de um estado de direito democrático valorizando a sociedade civil construída como uma comunidade de cidadãos que valoriza o “enraizamento de todas as liberdades numa identidade cultural comum que pode e deve ser potenciada”.

Pela mão de Marcelino Félix Fernández Ibáñez entramos no vibrante historial da Asociación Amigos del Patrimonio Cultural de León, PROMONUMENTA (León 1992-2016) que tomou vida com uma ideia muito clara e concreta: “la defensa y conservación del patrimonio cultural de la tierra leonesa, especialmente el artístico, monumental, arqueológico y etnográfico”. Neste texto elenca o vastíssimo leque de actividades que desenvolveram ao longo destes 24 anos de existência. Só o facto de terem feito um levantamento tão exaustivo das necessidades de protecção e defesa patrimonial na sua região seria em si uma obra de assinalável mérito, mas fizeram muito mais baseados nos quatro pilares em que assenta a sua ação: 1.º – A *hacenderal/facendera* (em leonés), que é uma ação de prevenção, um “trabajo en común no remunerado en beneficio de un bien público” que se constitui como a “actividad por excelência” desta associação. 2.º – Viagens e deslocações com especialistas para que se conheça a história e circunstâncias dos locais visitados; 3.º – Colóquios e conferências sobre temas de interesse cultural, artístico, histórico, etnográfico, etc.; 4.º – É um pilar de “orden reivindicativo” e dão como exemplo a “constante movilización

para la preservación de los amenazados restos de la ciudad astur-romana de Lancia y de los restos romanos del *civus Ad Legionem* de Puente Castro”.

“*El Filandar/O Fiadeiro: 25 anos de pontes e paradoxos*”, da autoria dos investigadores José Ignacio Monteagudo Robledo e Pedro Javier Cruz Sánchez, está escrito em português “raiano”, diria eu, um português que denota a origem castelhana e leonesa dos seus autores que, talvez por gentileza para com os organizadores destas Jornadas, comunicam em língua portuguesa (e mirandesa) assumindo raízes comuns, amizade e boa vizinhança ou não fosse, como referem os autores, “o estabelecimento de ‘pontes comunicativas’ entre pessoas e grupos, o objetivo mais importante da publicação”. Neste texto, para nos apresentarem a revista de antropologia e culturas populares que se iniciou nos anos noventa, *El Filandar/O Fiadeiro*, remetem para “serões, fiadeiros, reuniões em torno da lareira, mulheres filando lã ou linho, homens fazendo artesanatos, canções segundo o ritmo do trabalho, jogos com os gestos e as palavras, dança... É fácil imaginar esta cena muito repetida nas representações da cultura tradicional rural, cheia de simbolismo” que nos leva a compreender a origem do termo *filandar*, usado nas comarcas zamoranas fronteiriças, onde a antiga língua leonesa vive ainda no mirandês (o termo castelhano seria *hilandar*). Abordam, em seguida, algo sobre a bem sucedida trajetória desta revista de âmbito cultural ibérico, não apenas quanto ao raio de influência, mas também no que se refere ao seu conteúdo. “Assim, de material didático para o ensino do contexto cultural das danças tradicionais zamoranas foi aos poucos transformando-se em uma revista reconhecida e valorizada pelos amadores da ‘etnografia’ além dos limites provinciais”. Destacam nesta trajetória três momentos dos quais vamos salientar a publicação de um livro comemorativo dos 20 anos de vida, que nos despertou grande curiosidade, uma publicação bilingue que reúne uma seleção de artigos representativos da cultura tradicional zamorana, “possivelmente a única no mercado editorial até ao momento”. “O contato direto com as pessoas no seu meio”, uma das suas prioridades está refletido em algumas imagens que ilustram o seu texto.

A Galiza, os galegos e o galaico-português são uma presença quase obrigatória nestas JCB que todos os anos reforça as antigas e boas relações com esta, hoje, comunidade autónoma de Espanha que testemunhou e viveu, talvez como nenhuma outra, a história comum de portugueses e espanhóis. Lois Ladra, em representação da Asociación Galega de Amigos dos Cruceiros, Cruces de Pedra e Petos de Ánimas, apresenta um interessantíssimo artigo, “um exemplo de associativismo cívico” sobre “O estudo, a valorização e a defesa das cruces de pedra na Galiza”. Ficamos a saber que “a Galiza é, juntamente com a Bretanha, a nação europeia que acolhe um maior número de cruces de pedra: à volta das 10.000 ocorrências! Esta realidade testemunha uma longa história de devoção cristã e não deveria surpreender a ninguém, pois neste Finis Terrae ou Cabo do Mundo atlântico confluem e terminam todos os caminhos de Santiago [...] Não existe um único município, dos 315 que hoje compõem a Galiza, em que não haja uma cruz de pedra... e são vários os que têm mais de uma centena!”. Só este levantamento estatístico abre logo “o apetite” para a leitura deste artigo que faz uma análise deste fenómeno cultural e dá conta da atividade desta associação que vai dos censos pormenorizados de todas as ocorrências de *cruzeiros*, *cruces de pedra* e *petos de ánimas* existentes em território galego, a congressos anuais sobre esta temática tão específica e publicação dos correspondentes volumes de atas. Deixa um convite, que acho que devíamos aproveitar, para conhecer este património e participarmos na próxima edição do congresso anual sobre as cruces de pedra. Curiosamente, este autor também escreveu em língua portuguesa, mas remete nas citações para o galego, o que contribui para o caráter poliglota raiano deste livro.

“A Irmandade de Nossa Senhora da Porta do Céu (Telheiras-Lisboa)”, por Fernando Afonso Andrade Lemos e Jose Antonio Silva, investigadores excepcionalmente cultos e inteligentes –cada artigo ou comunicação sua é sempre uma caixinha de surpresas boas, e esta não é exceção– apesar de os autores lhe chamarem “um pequeno e simples estudo”, trata-se na verdade de uma riquíssima e oportuna reconstituição histórica sobre “uma ‘Irmandade’ que existiu em Telheiras, e com a qual os Reverendos Senhores Padres Marianos travaram conhecimento, não fisicamente, mas historicamente” e que pelo interesse que suscitou no reverendo senhor padre José Morais, os autores lhe prestaram uma homenagem com esta apresentação. Este artigo, além de transmitir o

conhecimento de uma realidade que transformou esta área de Lisboa, durante perto de duzentos anos, e que ajudou a enobrecer toda a Freguesia do Lumiar, propõe-se ainda, numa nota prévia, discorrer sobre “algumas ideias definitórias da nomenclatura que as entidades –confrarias, irmandades, fraternidades, associações, sociedades, companhias e ainda outras mais– que povoam a temática proposta” –o associativismo– podem assumir o que é em si um contributo inestimável e original para esta publicação. Também a divulgação dos estatutos desta secular instituição de frades e leigos nos transporta para a sua atualidade 400 anos depois. Chamo a atenção, por exemplo, para algumas “obrigações práticas dos irmãos” como “a vida honesta e a obrigação de ajuda ao próximo”.

Carlos d' Abreu, o perseverante co-organizador destas Jornadas e co-coordenador da obra, apresentou, com José Paulo Francisco e Carlos, a comunicação “Côa, o rio que nos une”, um título muito sugestivo que nos aguça o interesse por estas paragens. O artigo descreve a atividade desenvolvida pela Associação de Fronteira para o Desenvolvimento Comunitário RIBACVDANA, “uma associação que agrupa amigos e investigadores dos dois lados da raia política e que foi criada através de escritura pública realizada na cidade da Guarda a 26 de Agosto de 2015”, se bem que este registo formal foi, contudo, “o corolário de muitas e variadas atividades em defesa da região raiana, do seu Património em sentido amplo e das relações transfronteiriças”, como se vê até nas imagens de cartazes e fotografias de eventos que acompanham este artigo. A sua ação mais continuada e emblemática é talvez a que tem a ver com a defesa da Linha do Douro / Ferrocarril del Duero (Porto-Salamanca), amputada em 1985 entre La Fuente de San Esteban/Boadilla-La Fregeneda/Barca d'Alva e, em 1988, entre Barca d'Alva e Pocinho, “uma via que nos une, foi/é o mote” para esta causa de defesa desta região raiana mas o labor dos seus sócios tem dado continuidade a várias outras atividades, nomeadamente “a co-organização do festival PAN, a participação nas Jornadas Europeias do Património, as visitas guiadas ao castelo de Monforte de Ribacôa, e a participação na romaria à Senhora de Monforte, promovendo ainda a publicação de outros artigos e livros”.

“Dos Pombais Tradicionais à Conservação do Património Natural e Arquitectónico”, artigo da autoria do presidente da direção da Palombar – Associação de Conservação da Natureza e do Património Rural, Nuno Martins, é um resumo que remete para algo muito específico e concreto, os pombais, sobretudo de Trás-os-Montes, e a preocupação da Palombar com a defesa, preservação e transmissão de conhecimento sobre este rico património rural, em estado de grande abandono, através de uma abordagem pedagógica e de cooperação.

Por último, Cândido Bernardino Rodrigues, dá logo conta, no início do seu texto, “Associação Cultural e Recreativa Sol Nascente, de Génisio: na defesa dos jogos tradicionais e de um são convívio”, da alegria e gosto que fazem em participar nestas emblemáticas Jornadas. A Associação foi fundada em 1980 “por um grupo de jovens, e tem por fim incentivar o bem-estar da população de Génisio, em especial dos seus associados, promovendo e apoiando iniciativas que visem nomeadamente o desenvolvimento sócio-cultural da freguesia, um melhor acesso à cultura, a defesa da memória e tradições locais, a par de uma vontade de dinamização das relações interpessoais dentro da freguesia”. A estratégia desta Associação passa ainda por transmitir às gerações vindouras o gosto pelos jogos tradicionais praticados pela Associação, suas modalidades e regras, e de outras tradições da aldeia que a Associação procura manter e que, junto com outras atividades, como passeios pedestres para conhecimento do Património local, ou a publicação de livros, em português e em mirandês, de escritores genisenses, são expressão da identidade da aldeia.

Vou finalizar com as esclarecedoras palavras do reverendo senhor padre Basileu Pires, presidente da direção do Centro Cultural de Balsemão, que destaca nas últimas páginas destas actas o papel do Centro Cultural de Balsemão no estudo e defesa do património cultural e estas Jornadas como um das grandes atividades que o Centro Cultural realiza: “Sem desprimor para as Jornadas anteriores, estas foram de uma grande riqueza, pelo testemunho de dedicação que as múltiplas Associações têm para com a defesa do Património”. Além das mencionadas, estiveram representadas nesta edição as coletividades seguintes: Centro Cultural de Telheiras (Lisboa), Centro Cultural

Eça de Queirós (Lisboa), Asociación de Amigos de Portugal en España (León), Asociación Etnográfica Bajo Duero (Zamora), Sociedade Histórica da Independência de Portugal (Lisboa) e a Confraria Ibérica da Castanha (Bragança). Estiveram ainda representadas as seguintes entidades: Marianos da Imaculada Conceição, Centro de Zamora da UNED, Ayuntamiento de Alcañices, Diocese de Bragança-Miranda, Universidade da Beira Interior, Ministério da Educação e Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros.

Tanto pela quantidade e qualidade dos palestrantes que todos os anos cativam para participarem –vêm investigadores, principalmente da zona, mas também outros territórios Ibéricos– como pelo entusiasmo que despertam nas audiências –locais, regionais, nacionais e ibéricas– como ainda pelo envolvimento cívico –de cidadãos e associações– e político, dos autarcas e das instituições públicas e privadas, de ambos os lados da fronteira hispanolusa, que participam e apoiam as Jornadas Culturais de Balsamão, damos conta do valor acrescentado que este evento representa para um território tão desfavorecido.

O tema de 2016 foi especialmente feliz pois “o associativismo representa uma das formas mais eficazes de apelo à participação cívica e tem um papel a desempenhar como um contributo para aquela que deve ser uma preocupação, sobretudo dos governos de ambos os países, das autarquias, serviços e instituições públicas e privadas” e no “estabelecimento de *pontes comunicativas* entre pessoas e grupos”.

A cooperação transfronteiriça, que constitui uma das dimensões da Cooperação Territorial Europeia, assume, nesta faixa fronteiriça da raia luso-espanhola ou hispano-lusa –como é referida do lado de lá–, devido à sua natureza periférica, assume uma dimensão de notória importância, e uma preponderância significativa, tendo tradução no empenhamento constante de ambos os lados da fronteira em desenvolver e aproveitar as sinergias de ambos os espaços fronteiriços, levando a projetos comuns dos quais estas jornadas e os respetivos livros de atas são um excelente exemplo. Uma demonstração desta de vontade de fortalecer laços e de valorizar as raízes comuns, aquelas que, afinal, dão asas a qualquer ser humano. Fazer esta revisão crítica revelou-se, portanto, como uma oportunidade de conhecer as realidades e o pensamento que orienta estas associações raianas e, por isso, me sinto, agora, em condições de recomendar vivamente a sua leitura.

Olinda Martinho G. Rio
Universidade de Coimbra